

O campo dos museus no Brasil: indícios das relações instituídas em meados do século XX

Ana Carolina Gelmini de Faria^{*}
Zita Rosane Possamai^{**}

Recebido em: 23/05/2018
Aprovado em: 25/05/2018

* Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do curso de Museologia da UFRGS. E-mail: carolina.gelmini@ufrgs.br.

** Graduada, mestre e doutora em História pela UFRGS. Docente do curso de Museologia, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, todos da UFRGS. E-mail: zitapossamai@gmail.com.

Resumo

O artigo problematiza a conformação do campo dos museus no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. Com base na operação historiográfica, foram analisados registros escritos que possibilitaram mapear diversos sujeitos e as relações entre eles. Conservadores de museus, naturalistas, artistas e educadores estavam entre os indivíduos envolvidos com práticas e ideias relativas aos museus e à educação neles. O estudo buscou mapear o itinerário de alguns sujeitos pouco visíveis na história dos museus e objetivou dar a ver um espaço de interação entre eles. Conclui-se que colaborações, disputas e interações diversas caracterizaram relações em que sujeitos individuais e organizações se reuniram com o propósito de fortalecer os museus e seu viés educativo.

Palavras-chave

Campo dos museus; educação em museus; história dos museus.

Abstract

This article analyzes the configuration of the field of museums in Brazil, between 1930 and 1950. Based on the historiographical operation, written records that allowed identifying several people and the relationship among them were analyzed. Conservators of museums, naturalists, artists and educators were among those involved in practices and ideas concerning museums and education in museums. This study sought to explore the working lives of some invisible people in the history of museums; and aimed to show their interaction spaces. The conclusion was that collaborations, conflicts and many interactions characterized the relationships in which individual subjects and organizations aimed to strengthen museums and the education in museums.

Keywords

Field of museums; education in museums; history of museums.

A pesquisa acadêmica voltada para o campo dos museus

Construir a história dos museus é um desafio. Se essas instituições têm a preocupação de interpretar o passado e contribuir para atender as necessidades do presente, esse exercício é raro no que tange à problematização de sua própria história e existência. Investigações voltadas a compreender o papel dos museus ao longo do tempo se deparam com muitos ineditismos: um documento inédito localizado na instituição; o primeiro acesso a arquivos que não estavam relacionados entre si; ou mesmo uma interpretação diferenciada a partir de uma nova evidência. Esse é um processo caracterizado por obstáculos e êxitos da operação historiográfica¹ sobre os museus.

Há ainda investigações que possuem esse enfoque e são desafiadoras por estabelecer recortes mais específicos. Pesquisas sobre museus sob a perspectiva da história da educação potencializam debates teórico-metodológicos que contribuem para entender de que forma o aprendizado se legitimou como uma das principais funções dos museus no século XX. A história da educação nos museus estimula questões sobre desenvolvimento e implementação de ações educativas, avaliação dos programas educativos e até mesmo sobre quais formulações justificaram os museus enquanto dimensão educativa.

O debate construído neste artigo é proveniente dos dados levantados na pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação de Zita Rosane Possamai.² A tese investigou como agentes e agências que atuavam no campo dos museus no Brasil formularam o papel educativo dessas instituições, pesquisando os debates ocorridos na primeira metade do século XX.

Ao pesquisar a história da educação em museus no Brasil, com ênfase nas décadas de 1930 e 1950, deparamo-nos com diversos interesses, argumentos e experiências que ao longo dos anos transformaram a prática educativa em uma função assumida pelos museus. Para compreender esse fenômeno, dois aspectos precisam ser considerados. O primeiro é que não se trata de um movimento isolado no país; ao contrário, houve grande influência de acontecimentos externos – episódios históricos (como os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial) e interesses do campo dos museus em nível internacional, a exemplo dos eventos concebidos pelos órgãos recém-criados, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(Unesco) e o Conselho Internacional de Museus (Icom), fundados em 1945 e 1946 respectivamente. O segundo aspecto envolve considerar que os museus são produtos dos sujeitos. Essa observação pode parecer muito simplista, mas ela permite partir da premissa de que as interpretações dos sujeitos sobre o museu e seu papel intervieram diretamente nos desdobramentos de legitimação do campo dos museus, quando a instituição, por exemplo, foi considerada ameaçada por novas dinâmicas de disseminação de imagens e ideias, como o cinema e a televisão. Esse aspecto exige, então, considerar os sujeitos e as relações instituídas entre eles. Além disso, a presença preponderante e quase exclusiva de determinados sujeitos na historiografia de alguns museus, em geral seus diretores, levou à associação inevitável entre esses museus e determinadas personalidades. Esse processo de enaltecimento de certas memórias inevitavelmente jogou no esquecimento ou esmaeceu a presença e atuação de vários outros sujeitos que compartilharam um espaço de diálogo, disputas e negociações.

Assim, para compreender quem eram os sujeitos e quais os debates promovidos sobre educação em museus no período investigado, foi necessário mapear uma pluralidade de sujeitos e as dinâmicas estabelecidas. Quando esquematizamos as diferentes participações foi possível detectar a complexidade do campo brasileiro dos museus. Portanto, a proposta deste artigo é compartilhar essas evidências e reforçar a necessidade de pesquisas que valorizem a participação e a articulação de múltiplos sujeitos, em detrimento de um viés que privilegia a atuação solitária de homens ou mulheres na construção da história dos museus.

O campo brasileiro dos museus (décadas de 1930-1950)

Em uma investigação com recorte temporal preciso, definir o arcabouço teórico foi imprescindível para sustentar a análise documental. Nessa perspectiva, o conceito de campo explorado por Pierre Bourdieu tornou-se operacional para analisar as pistas encontradas.³ De acordo com o sociólogo, “(...) um campo é um universo em que as características dos produtores são definidas pela sua posição em relações de produção, pelo lugar que ocupam num certo espaço de relações objetivas”.⁴ Em todos os campos há interesses específicos de diferentes agentes, que influenciam e são influenciados pelas determinações, coações sociais, escolhas e poder que reforçam seu capital simbólico:⁵ “(...) aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses. (...) [com] a noção de campo obtém-se o meio de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade”.⁶

Nesse sentido, a primeira decisão foi denominar as relações entre os agentes interessados pela temática no recorte temporal selecionado como campo dos museus. É possível em outras investigações acadêmicas encontrar denominações como campo museológico, ou mesmo campo da Museologia, a fim de determinar um domínio de produção autônomo formulado e gerenciado por esses agentes – movimento, inclusive, que legitimou a Museologia como campo específico de conhecimento. Porém, na pesquisa proposta optou-se pelo termo campo dos museus,⁷ pois pretende-se observar a circulação de outros agentes nesse campo durante o período investigado.

Salientamos, ainda, que no recorte temporal selecionado os interesses pelo aspecto científico da Museologia eram embrionários. O foco naquele momento era aperfeiçoar o trabalho exercido prioritariamente nos museus, aprimorando, sobretudo, as técnicas. A opção conceitual concorda com a análise do pesquisador Ivan Coelho de Sá, quando aborda a ruptura de um ensino técnico para um ensino teórico na principal formação de museólogos no país, o Curso de Museus:

A mais importante e decisiva reforma curricular do Curso de Museus, quando se percebeu efetivamente uma mudança conceitual de base, ocorreu em 1974-75, aparecendo sintomaticamente nos documentos oficiais o termo Museologia em substituição a Museus. (...) Os objetivos não se concentravam mais no museu, e sim na Museologia associada a uma ideia maior de formação e atuação, bem como ao próprio desenvolvimento do país, entendido como uma ideia precursora de função social e de desenvolvimento sustentável. A pesquisa apareceu associada à Museologia, ou melhor, ao campo da Museologia, numa clara identificação da Museologia a um campo específico de conhecimento.⁸

Conforme o autor, uma nomenclatura que contemple especificamente o termo Museologia levará algumas décadas para surgir no Brasil. Por isso, a ideia de campo dos museus foi considerada mais apropriada para contemplar a pluralidade de sujeitos, instituições e organizações envolvidas com práticas e debates em torno dos museus. Para Pierre Bourdieu, os agentes individuais e institucionais criam um espaço de atuação que só se mantém por suas relações objetivas.⁹ Essas relações tendem gradativamente a criar um espaço de lutas, forças, negociações e autonomia. A autonomia produz um microcosmo de leis próprias, designado pelo autor como campo, cuja estrutura se define pela distribuição do capital científico¹⁰ entre os agentes engajados nesse domínio. Assim, para compreender o campo brasileiro dos museus era necessário acessar as relações instituídas no período investigado. Como fazê-lo? A decisão tomada foi acompanhar a presença desses agentes, por meio da análise

documental de suas produções ou menções de outros agentes, e assim mapear a distribuição do capital científico sobre os museus.

Como é sabido, para Pierre Bourdieu o conceito de campo não se restringe a um estrato profissional específico, mas a um espaço de relações, conformado por uma pluralidade de sujeitos, instituições ou organizações que, em interação, definem questões relativas a determinado escopo. No âmbito deste estudo, o escopo está delimitado pelas questões de preservação dos bens culturais, circunscritos aos museus e às práticas museológicas de pesquisa, exposição, conservação, documentação e educação. Entretanto, como ponto de partida e em função da vasta documentação disponível,¹¹ optou-se por acessar o campo a partir dos profissionais diplomados, então denominados por conservadores de museus, formados pelo Curso de Museus¹² do Museu Histórico Nacional (MHN).

Para Norbert Elias, uma profissão surge da conjunção de diversos fatores, entre os quais a necessidade e a invenção, constituindo ocupações capazes de suprir a insuficiência.¹³ A profissão consiste em um trabalho especializado e um requisito para a especialização e a construção de uma base teórica calcada no conhecimento técnico e científico. A partir da formação desses agentes, com domínio de atributos próprios, sua entrada no mercado de trabalho permite estabelecer novas circulações, controles, delimitações e compartilhamentos. A formação de conservadores de museus no Brasil foi consolidada em 1932, no MHN, instituição à qual o Curso de Museus foi vinculado após longas tratativas iniciadas na década de 1920. O conservador de museus era um profissional diplomado que tinha por prioridade suprir os museus brasileiros de um especialista no campo. Um excerto do texto “Dia do Conservador”, publicado na coluna “Sociais” do jornal *Força da Razão*, revela alguns indícios de um ponto de vista sobre os significados e identidades vinculados a esse profissional:

(...) o vocábulo “conservador” é dado aos técnicos que após uma espinhosa aglomeração de conhecimentos de história, arqueologia, arte, ciência, indústria, religião e outros, são chamados a desempenhar encargos de grandes museus do mundo. (...) Nossos museus não podiam “administrativamente falando” chamar-se propriamente de museus. Enquanto não faltavam indivíduos que eram verdadeiros sábios e por esse motivo deram um esplendor excepcional aos nossos museus, sobravam também certos funcionários oriundos de outras carreiras e que nem entendiam ou queriam entender da arte de trabalhar em estabelecimentos desse gênero. Era necessário vencer essa mentalidade. Lutando sempre, Gustavo Barroso o conseguiu. A despeito de todas as dificuldades que se antepunham aos seus propósitos, criou interessante curso em 1933 [sic], destinando-o ao preparo dos futuros especialistas. Alguns anos mais tarde vários museus do Distrito Federal e de outras cidades começaram a sentir

os benefícios desses ensinamentos. Entrementes, o “Curso de Museus” que teve efeitos tão revolucionários, prosseguiu na sua oportuna existência.¹⁴

Essa citação permite identificar três diferentes agentes que compunham naquele período o campo estudado: os conservadores de museus; os “funcionários oriundos de outras carreiras”, agentes individuais, sobre os quais trataremos ao longo do texto; e os conservadores de museus autodidatas, destacando-se a figura de Gustavo Barroso.¹⁵

Muitos dos considerados “excepcionais” eram sujeitos que dedicaram a vida profissional à atuação em museus. Esses agentes não passaram por uma formação acadêmica sobre essas instituições, mas dominaram conhecimentos e técnicas empiricamente, além de assumirem posicionamentos políticos no âmbito da cultura, características pelas quais os pares lhes conferiram poder e autoridade para se autointitular em conservadores de museus, e muitos, ainda, historiadores. Alguns até se tornaram os primeiros professores do Curso de Museus. A ocupação de suas posições docentes por egressos do Curso de Museus ocorreu somente após a reforma curricular de 1944, consolidada ao longo da década de 1950, trazendo a “(...) ‘primeira geração’ de uma Museologia não mais autodidata”.¹⁶ As experiências desses sujeitos legitimavam seu papel de instruir os futuros profissionais de museus:

No Brasil, homens ilustres pelo seu saber, como o Dr. Pedro Calmon, reitor da Universidade, os professores Edgar Romero, Angyone Costa e muitos outros honram-se com o título de conservadores. O signatário destas linhas [Gustavo Barroso], membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional, tem orgulho em ser o mais antigo conservador de museu do Brasil.¹⁷

Observa-se na citação que o diretor e docente Gustavo Barroso, consciente do capital científico institucionalizado que possuía, se autodeclarava o mais antigo conservador de museus no país, reforçando sua posição no campo brasileiro dos museus, em detrimento da posição de outros profissionais que também atuavam nesses espaços.

Na Bahia, José Antonio do Prado Valladares,¹⁸ entre muitas atribuições, também se apresentava como “conservador de museus” autodidata ou “homem de museu”.¹⁹ Esse é um agente que reforçou, por meio da educação, o papel central dos museus na contemporaneidade. Vestígios de suas reflexões e posicionamento no campo dos museus podem ser observados no livro *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*, publicado em 1946, documento que contribui para analisar a articulação das expressões “educação para o povo”, “educação visual” e “educação nacional”, além

do modo como esses conceitos convergiam para o que o autor acreditava ser o potencial da educação em museus.²⁰

Tais exemplos sugerem uma pluralidade de agentes que atuaram no campo dos museus no Brasil entre os anos de 1930 a 1950. Para Diana Farjalla Correia Lima, a partir da diplomação oferecida pelo Curso de Museus é possível observar duas categorias de agentes individuais que passaram a atuar nesses espaços: os profissionais diplomados, que posteriormente foram regulamentados por instrumentos legais,²¹ atualmente intitulados museólogos; e os profissionais de museus, que contribuem com especialidades de outras áreas para o cotidiano dessas instituições, indivíduos considerados detentores de experiências práticas.²² A partir da divisão proposta pela autora, é necessário fazer duas considerações. Primeiro, vale ressaltar a singularidade da experiência brasileira em relação a outros países, nos quais os profissionais que atuavam (e atuam!) no contexto estudado eram oriundos de áreas diversas, tais como História da Arte, Ciências Naturais, entre tantas outras. Até hoje em outros países predomina a formação em nível de pós-graduação para atuar em museus, aspecto que explica a nomenclatura de profissional de museus adotada pelo Icom. Em segundo lugar, convém lembrar que na maioria dos estados brasileiros prevalecia esse mesmo perfil profissional, a exemplo de José Antonio Valladares, na Bahia, e de Alcides Maya,²³ no Rio Grande do Sul, considerando ainda que a diplomação como conservador de museus em nível superior no período analisado se limitava a um único curso no Rio de Janeiro, antiga capital.

É possível identificar, com a entrada no campo de conservadores de museus diplomados a partir de 1934, as posições e negociações no mercado de trabalho, por exemplo, entre esses diplomados e os naturalistas. Fontes da época revelam tanto a relevância desses agentes para o fortalecimento dos museus como as disputas por posição e prestígio. Em nota publicada no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, conservadores de museus e naturalistas são equiparados na preservação do patrimônio nos museus, recebendo semelhantes saudações pela escolha da profissão e votos de maior reconhecimento pelo trabalho exercido:

Naturalistas e conservadores

(...) Esses servidores realizam trabalhos de nível superior e vivem há muitos anos esquecidos. Enquanto os naturalistas pesquisam nos laboratórios e dedicam-se à arqueologia, à etnografia, à fauna e à flora, os conservadores são os responsáveis pela preservação das obras de arte, que são por eles devidamente estudadas, apresentadas e catalogadas para enriquecimento

cultural. Apesar das dificuldades até agora encontradas para o perfeito desenvolvimento de suas especializações, esses técnicos vêm trabalhando sem esmorecimento. Melhor amparados, certamente poderão progredir de maneira mais eficiente. Mas a verdade é que não há ideal sem real. Mesmo idealistas, é justo que se tenha em conta, em favor deles, o realismo da vida.²⁴

Ainda que haja evidências da colaboração entre ambos os agentes para o campo brasileiro dos museus, relações de concorrência são identificadas quando o tema era paridade salarial. Nos *Anais do Museu Histórico Nacional* de 1957 foi anexado um documento enviado por Gustavo Barroso, diretor do MHN e docente do Curso de Museus, ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1954, defendendo a equivalência salarial entre conservadores de museus e naturalistas:

Foi com certo espanto que esta diretoria tomou conhecimento da posição atribuída aos conservadores de museus na publicação nº 2 da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a Revisão dos Níveis de Vencimentos do Funcionalismo Civil da União. Com certo espanto, está bem dito, pois, nas tabelas constantes da referida publicação os conservadores de museu figuram sob a rubrica Educação e Cultura nos níveis 12, 13 e 15, enquanto os naturalistas do Museu Nacional, pertencentes aos serviços técnico e científico, ocupam os níveis 14, 16 e 18, como se não fossem similares esses cargos, com a única diferença de se ocuparem os conservadores de museus de ciências como a História, a Iconografia, a Paleografia, a Etnografia, a Numismática, a Biblioteconomia, a Arqueologia, e a Diplomática, e os naturalistas com as ciências naturais: Geologia, Zoologia, Botânica, etc., ou será – pergunta-se – que há hierarquia entre os ramos superiores do saber humano? Além disso, do exame das citadas tabelas se verifica que, permanecendo nesse nível, sem a menor razão, toda a carreira de conservador de museu sofre a humilhação e a injustiça de ser considerada inferior à de naturalista. No entanto, as funções e objetivos são idênticos: se o último conserva e pesquisa o material etnográfico, zoológico, botânico ou geológico, o primeiro conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico. Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho do outro? (...) Na defesa dos mesmos, não entra visando qualquer interesse pessoal, mas unicamente a pura justiça da causa e a defesa da carreira de conservador, pois o rebaixamento do seu nível de salário terá como consequência lógica o rebaixamento de sua qualidade. (...) Esta diretoria espera que a douta e ilustre comissão, empreendendo seus elevados intuitos, examine o que francamente aqui lhe expõe e ponha no mesmo nível as carreiras de naturalista e conservador de museus. Porque os naturalistas, em uma palavra, nada mais são do que conservadores de museus de História Natural.²⁵

Os argumentos apresentados caracterizam o campo dos museus como um espaço de disputas e negociações. Identifica-se uma busca pelo reconhecimento da equidade de aptidões, mas, sobretudo, equidade política. Efetivamente, os naturalistas foram responsáveis pelo movimento embrionário para criar e consolidar os primeiros museus brasileiros,²⁶ e conseqüentemente havia um espaço consolidado para eles nesse campo. Muitos naturalistas contribuíram ativamente para a legitimação dos museus,

especialmente no viés da educação. Podemos citar os naturalistas e educadores Edgard Roquette-Pinto²⁷ e Bertha Lutz²⁸ como exemplos de agentes que, vinculados ao Museu Nacional, exploraram e aprofundaram o potencial educativo dos museus quando o tema ainda era tratado no país de forma incipiente.

Bertha Lutz é uma das agentes do campo dos museus que merece destaque. Considerada um ícone da militância pelos direitos das mulheres no Brasil, foi uma das primeiras mulheres a construir carreira profissional em um museu brasileiro. Diplomada no exterior, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, com certificados em Botânica, Química Biológica e Embriologia Geral, sua candidatura e aprovação no concurso do Museu Nacional, em 1917, causou ampla repercussão em uma época em que o acesso ao funcionalismo público ainda era vedado às mulheres. Bertha Lutz protagonizou esforços como funcionária e pesquisadora para fortalecer a instituição à qual era vinculada, o que lhe conferiu prestígio em sua atuação política e social:

E em sua época, os jornais, ao tratarem sua atuação política em prol das causas femininas da profissionalização, do voto, da educação, da situação no casamento, mencionam sua condição de naturalista do Museu Nacional, que inclusive lhe atribuía prestígio e reconhecimento social e mesmo emprestava um caráter de cientificidade a muitas de suas teses.²⁹

O reconhecimento pelo seu trabalho no campo dos museus na década de 1930 lhe deu oportunidade de conhecer experiências contemporâneas sobre museus. Bertha Lutz realizou uma viagem de estudos aos Estados Unidos, onde permaneceu por dois meses e meio, prêmio concedido pela Carnegie Corporation e Carnegie Endowment for International Peace, por intermédio da União Pan-Americana e da Associação Americana de Museus. Durante a visita patrocinada em 1932, percorreu 58 museus em vinte cidades, e posteriormente elaborou o relatório intitulado *O papel educativo dos museus norte-americanos*.³⁰ Ao focalizar o papel educativo dos museus, a autora enfatizou as técnicas voltadas para montagens expográficas no domínio da instrução pública, valorizando o museu como instrumento cultural, em especial para países com altas taxas de analfabetismo. As técnicas museográficas eram elaboradas para estimular a principal característica – e vantagem – do papel educativo dos museus: a educação visual. Para Berta Lutz, educar através das imagens e do concreto garantia o acesso democrático ao conhecimento e, conseqüentemente, consolidava os museus como espaços de utilidade pública.

O debate sobre educação em museus não era restrito a conservadores de museus e naturalistas. Os educadores também estavam atentos e eram participativos. Entre esses

agentes é possível identificar dois movimentos: o dos que entravam e atuavam diretamente no campo dos museus, a exemplo de Edgar Sússekind de Mendonça,³¹ e o dos que acompanhavam e opinavam sobre a valorização dos museus enquanto espaços educativos, como Anísio Teixeira,³² conforme entrevista concedida ao colunista do *Correio da Manhã*, Jayme Maurício, sobre a Campanha Internacional de Museus promovida pela Unesco em 1956. Nessa entrevista, o educador enfatizou o papel educativo dos museus: “Mas, que outra causa são os museus senão instituições educativas? (...) Serei, talvez, um estranho à arte difícil da organização dos museus, mas, como educador, não posso ser estranho às suas funções”.³³

Quanto a Sússekind, foi um educador que se tornou agente no campo dos museus. Por muitos anos atuou como professor do Instituto de Educação, participou da criação da Associação Brasileira de Educação e foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*.³⁴ Na década de 1940 foi convidado a se transferir do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, para atuar no corpo técnico do setor de educação da Seção de Extensão Cultural no Museu Nacional. Sua efetivação exigiu que o educador se submetesse a um concurso de provas e redação de uma monografia, defendida em 1946 com o título *A extensão cultural nos museus*.³⁵ Nesse trabalho, Edgar Sússekind de Mendonça avaliou que os museus brasileiros precisavam agir intencionalmente no processo educativo, ou seja, deveriam se assumir como instituições a serviço da educação. Segundo Ana Mae Barbosa, o educador “(...) chega a dizer que a função dos museus é preservar, investigar e educar, sendo esta última a função social mais importante dos museus”.³⁶

Para além de agentes individuais, há que se considerar a representação de agentes em organizações próprias do campo dos museus, ou com uma atuação interseccional. Nesse processo, destacaram-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), o Icom e a Unesco. Lygia Martins Costa,³⁷ conservadora de museus diplomada e concursada do Museu Nacional de Belas Artes, na época vinculado ao Sphan, relatou a partir de suas memórias que: “(...) os museus do patrimônio [Sphan] foram criados por uma equipe de arquitetos de intuito absolutamente estético. A intenção era a preservação (...)”.³⁸ Na mesma entrevista, a conservadora de museus relembra a organização do Comitê Nacional do Icom no Brasil, em 1947, e menciona a participação de Oswaldo Teixeira,³⁹ diretor do Museu Nacional de Belas Artes, como primeiro presidente do Comitê Nacional. Oswaldo Teixeira era pintor, professor, crítico

e historiador da arte. As conservadoras de museus que atuavam na instituição não concordavam com sua gestão no Comitê Nacional do Icom no Brasil e atribuíam seu considerado pouco comprometimento à condição de artista. Regina Monteiro Real,⁴⁰ em carta escrita em 1956, opina que o presidente Oswaldo Teixeira não tinha o mesmo engajamento com esse projeto que os conservadores de museus:

(...) sob a presidência de Oswaldo Teixeira, contrário a qualquer atividade de conservadores, a instituição deixou praticamente de funcionar. Existiu porque mantive regularmente a todo questionário que me chegava às mãos e bem assim solicitando constantemente as publicações da Unesco. (...) É preciso prosseguir e não desanimar. Sabemos que as coisas de espírito, neste país, são postas de lado, mas aqueles que delas e para elas vivem, têm a responsabilidade de trazê-las à tona.⁴¹

O trecho citado demonstra que o campo dos museus foi marcado, na primeira metade do século XX, por disputas e resistências, articulações que visavam legitimar tais espaços no Brasil e, conseqüentemente, corrobora a importância desses agentes no cenário da cultura e da educação no país. Nesse sentido, é necessário mencionar também a participação ativa dos conservadores de museus diplomados. Eventos como o Primeiro Congresso Nacional de Museus, ocorrido em 1956 em Ouro Preto, e o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado dois anos depois no Rio Janeiro, estimularam uma ampla sociabilização das experiências nos museus brasileiros durante o período. Entre as publicações referentes à educação em museus, destacam-se os livros: *Recursos educativos dos museus brasileiros*,⁴² de Guy de Hollanda;⁴³ *Museu e educação*,⁴⁴ de Florisvaldo dos Santos Trigueiros;⁴⁵ e *Museu ideal*,⁴⁶ de Regina Monteiro Real. Estas publicações contribuíram não só para apresentar projetos educativos dos museus, como também para mapear e registrar a realidade dos museus brasileiros naquele contexto. O livro do conservador Guy de Hollanda foi fundamental para os estudos sobre estas instituições, e se tornou um importante material para divulgar a atuação dos museus entre professores e escolas, conforme menciona Ivan Coelho de Sá:

Em 1958, foi publicado o primeiro livro que, apesar do caráter de guia, tinha a finalidade de oferecer maiores subsídios sobre a realidade dos museus do país, sobretudo referente ao potencial educativo. Coordenado e organizado por Guy de Hollanda, *Recursos educativos dos museus brasileiros* teve o apoio da Onicom – Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus. Através deste trabalho foi feito um primeiro levantamento, a nível nacional, da situação dos museus em relação a acervos, exposições, visitas, atividades educativas, recursos didáticos, organograma, pessoal, etc.⁴⁷

Para além de mapeamentos, os conservadores de museus Florisvaldo dos Santos Trigueiros e Regina Monteiro Real buscaram traçar um perfil das instituições museológicas brasileiras e, com uma escrita analítico-reflexiva, apresentaram concepções teóricas e técnicas sobre educação em museus. Seus trabalhos são significativos para detectar os principais debates sobre o aprimoramento do aprendizado em museus na década de 1950.

Marcado por engajamento, militância, envolvimento e participação, o campo estudado teve diversas ressignificações museográficas que possibilitaram reforçar funções atribuídas também aos museus, como o papel educativo. Os debates e experiências promovidos pelos agentes na primeira metade do século XX foram decisivos para as circunstâncias hoje delineadas no campo dos museus. Esse processo de legitimação do campo exigiu repensar práticas e criar outras, que descentralizaram a atenção unidirecional aos objetos para também considerar o visitante. As estratégias teórico-metodológicas concebidas e praticadas por esses agentes individuais e institucionais foram embrionárias para constituir o campo museológico no Brasil.

Campo dos museus, um campo de possibilidades

O contato com vestígios documentais vinculados à história da educação em museus no Brasil da primeira metade do século XX revela que o campo dos museus era composto por agentes que criaram um espaço de atuação. Na pesquisa em registros escritos conseguimos reconhecer muitos agentes individuais que estabeleceram relações de luta, negociação e autonomia: conservadores de museus autodidatas e diplomados, naturalistas, educadores, arquitetos, artistas... Esses agentes produziram um microcosmo balizado por normas próprias, seja em nível nacional, seja em nível internacional, em interlocução com sujeitos de outros países – um espaço de relações, de partilhas e concorrências que fomentaram a conformação do campo dos museus. Um dos argumentos para legitimar o campo dos museus foi a defesa do seu potencial de aprendizagem, valorizado pela promoção da educação visual.

Acreditamos que a imersão em outros arquivos, consultando documentos inéditos ou revisitando documentos já explorados, bem como o desenvolvimento de novas abordagens interpretativas contribuirão para mapear novos agentes. Um dos desafios da pesquisa sobre a história dos museus é acompanhar o itinerário desses agentes e, por meio de seus vestígios profissionais, estabelecer conexões com o desenvolvimento da Museologia brasileira e internacional no século XX. Há muito por

fazer, pois ainda são poucos os agentes visibilizados até o momento na escrita dessa história. Consideramos esse um exercício necessário, pois é capaz de promover análises críticas sobre as características, potencialidades e limitações dos museus e da Museologia contemporânea.

¹ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 3ª ed., 2011.

² FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)*. Tese de doutorado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/158339>. Acesso em: 15 maio 2018.

³ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

⁴ *Ibidem*, p. 86.

⁵ “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. O capital simbólico gera poder simbólico, “(...) um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 145 e 188.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 170-171.

⁷ POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Produções, 2001.

⁸ SÁ, Ivan Coelho. “Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro e BEZERRA, Rafael Zamorano. *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 232.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

¹⁰ Quando se refere ao capital científico, Bourdieu sinaliza que esse é “(...) uma espécie particular do capital simbólico” e o identifica em duas modalidades: o capital científico “puro”, vinculado à acumulação de um crédito científico, e o capital científico institucionalizado, adquirido por estratégias políticas. Tais poderes, por sua vez, influenciam diretamente o campo e, distribuídos entre os agentes, proporcionam as condições práticas da autonomia. BOURDIEU, 2004, p. 26.

¹¹ A pesquisa empírica deste estudo foi realizada na documentação disponibilizada pelo Arquivo Institucional do MHN, Biblioteca Virtual do MHN, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (Nummus/Unirio), entre outros repositórios digitais, arquivos e bibliotecas.

¹² O Curso de Museus fundado no MHN visava formar profissionais especializados, com o título de conservadores de museus. Somente em 1966 esses formandos passaram a ser oficialmente intitulados de museólogos, conforme o artigo 3º do Decreto nº 58.800, de 13 de julho de 1966. Na gestão do comandante Léo Fonseca e Silva (1967-1970) o curso passou a se denominar informalmente Escola Superior de Museologia e, em 1977, foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Unirio. Cf. COSTA, Ludmila Leite Madeira da e LIMA, Diana Farjalla Correia. “O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. Santa Catarina. *Anais...* Santa Catarina: UFSC, 2013, p. 9.

¹³ ELIAS, Nobert. “Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins”. *Revista Mana*, vol. 7, nº 1, Rio de Janeiro, abr. 2001, p. 89-116.

¹⁴ ASOJ. Dia do Conservador. *Força da Razão*. Rio de Janeiro, 1º jan. 1952, p. 2.

¹⁵ Nascido em 29 de dezembro de 1888, Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi um intelectual que se singularizou pela forte campanha travada em defesa das relíquias esquecidas, os objetos, compreendendo-os como representações de um nacionalismo vinculado à tradição e à memória.

Em mais de uma centena de livros (romances, poesias, livros de memórias, entre outros) e nas publicações em revistas e jornais é possível percorrer sua vida, construindo o perfil de seus projetos culturais e políticos. Foi diretor do MHN nos períodos de 1922 a 1930 e 1932 a 1959, sendo a segunda gestão interrompida pelo falecimento. Para maior aprofundamento de sua história, sugerimos consultar: MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

¹⁶ SÁ, Ivan Coelho. “História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 39, Rio de Janeiro, 2007, p. 10-42.

¹⁷ BARROSO, Gustavo. “A carreira de conservador”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 8, Rio de Janeiro, 1957, p. 229-234. Documento elaborado por Barroso em 1954, sobre o qual nos deteremos adiante.

¹⁸ José Antonio do Prado Valladares foi bacharel em Direito, crítico de arte, professor, organizador de salões de arte na cidade do Salvador e colaborador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Primeiro representante brasileiro na comissão editorial da revista *Museum* da Unesco (1948). Para

mais informações acerca de sua trajetória profissional, sugerimos consultar: CERAVOLO, Suely Moraes. “Uma análise sobre museus na década de 1940: o estudo de José Antonio do Prado Valladares”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 19, nº 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2012, p. 769-773. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200027. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁹ CERAVOLO, Suely Moraes e SANTOS, Daisy Conceição dos. “Apontamentos sobre José Antonio do Prado Valladares – ‘um homem de museu’”. *Cadernos do CEOM*, Santa Catarina, ano 20, nº 26, 2007, p. 195-221.

²⁰ VALLADARES, José Antonio do Prado. *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*. Nº 6. Bahia: Publicações do Museu do Estado da Bahia/Ministério da Educação e Saúde, 1946.

²¹ No Brasil, a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo, e o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, regulamenta essa lei, autorizando a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia.

²² LIMA, Diana Farjalla Correia. “Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: ‘tematizando’ Bourdieu para um convite à reflexão”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, vol. 1, nº 4, maio/jun. 2013, p. 48-61.

²³ O gaúcho Alcides Maya foi jornalista, escritor e político. Durante muitos anos esteve afastado do Rio Grande do Sul, residindo no Rio de Janeiro, onde ocupou cargos administrativos na burocracia estatal e exerceu mandato de deputado federal pelo Partido Republicano Riograndense. Ao retornar à capital gaúcha, foi nomeado diretor do Arquivo Público e, entre 1925 e 1939, dirigiu o Museu Júlio de Castilhos. Sobre Alcides Maya e o período em que esteve à frente do Museu Júlio de Castilhos, ver: SILVA, Ana Celina Figueira da. *Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

²⁴ NATURALISTAS e conservadores. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1952.

²⁵ BARROSO, Gustavo. Op. cit., p. 229-230 e 233-234.

²⁶ Sobre os primeiros museus brasileiros, destacamos a obra: LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 2005. Especificamente sobre o Museu Paraense, ver: SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República*. Brasília, DF: Ibram, 2010.

²⁷ Edgard Roquette-Pinto era médico legista, professor, antropólogo, etnólogo, escritor e arqueólogo. Em 1905, tornou-se professor assistente de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional. Em 1923, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Foi diretor do Museu Nacional no período de 1926 a 1935. Roquette-Pinto foi o primeiro diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince), criado em 1936, permanecendo no cargo até 1947. Para maiores informações acerca de sua trajetória profissional, ver:

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Roquette-Pinto: médico, antropólogo, etnólogo, ensaísta, poeta e radialista*. São Paulo, s./d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

²⁸ Bertha Maria Júlia Lutz formou-se em Sciences, em Paris, na Sorbonne, em 1918. Em 1919, tornou-se secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Mais tarde, atuou como naturalista na seção de Botânica da mesma instituição. Em 1933 obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. LOPES, Maria Margareth. “Convite à leitura: ‘o conceito do museu está em plena evolução’”. In: MIRANDA, Guilherme Gantois de et alii. (Orgs.). *A função educativa dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008, p. 19-23.

²⁹ LOPES, Maria Margareth; SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. “A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)”. *Gênero*, vol. 5, nº 1. Niterói: 2004, p. 97-104.

³⁰ LUTZ, Bertha Maria Júlia. *A função educativa dos Museus*. Adaptação de Guilherme Gantois de Miranda; Maria José Veloso da Costa Santos; Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

³¹ Edgard Sússekkind de Mendonça teve a vida marcada pela dedicação à educação. Participou da criação da Associação Brasileira de Educação e foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Essa mesma militância acabou levando-o à prisão, no ano de 1935, durante o governo de Vargas. SOUZA, Natália Peixoto Bravo de. “O papel dos euclidianos cariocas na monumentalização de Euclides da Cunha”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011, p. 1- 19.

³² Anísio Spínola Teixeira diplomou-se no ano de 1922 em Direito. Em 1925 viajou à Europa, onde observou os sistemas escolares de países como Espanha, Bélgica, Itália e França. Em 1927 realizou sua primeira visita aos Estados Unidos. De 1931 a 1935 criou no Distrito Federal uma rede municipal de ensino da escola primária à universidade. Em 1946 aceitou o convite para ser conselheiro de ensino superior da Unesco, comprometendo-se apenas a cumprir um período de experiência no cargo. Convidado a integrar definitivamente o *staff* da Unesco, recusou o convite. Para maiores informações acerca de sua trajetória profissional, consultar a Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/visita.htm>. Acesso em: 12 maio 2018.

³³ MAURÍCIO, Jayme. “‘Ver’ ainda é a mais larga avenida do saber”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1956. Itinerário das Artes Plásticas, p. 10.

³⁴ Para ler o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil*, publicado em 1932, consultar: AZEVEDO, Fernando de et alii. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

³⁵ MENDONÇA, Edgar Sússekkind de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. (Museu Nacional Publicações Avulsas, 2). Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Mendonca%20\(1946\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Mendonca%20(1946).pdf). Acesso em: 15 maio 2018.

³⁶ BARBOSA, Ana Mae. *Redesenhando o desenho: educadores, política e história*. São Paulo: Cortez, 2015, p. 294.

³⁷ Lygia Guedes Martins Costa matriculou-se no Curso de Museus em 1938, sendo diplomada no final do ano seguinte. Classificou-se no primeiro concurso promovido pelo Dasp, e foi nomeada para atuar no Museu Nacional de Belas Artes, onde trabalhou de 1940 a 1952. Posteriormente foi transferida para o Iphan, onde atuou em diversos setores até 1980. Participou de diversas montagens de exposições e museus ao longo da carreira. Foi professora de disciplinas como História da Arte e Estética (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1956-1958) e Introdução à Museologia (Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, 1969). Para mais informações, consultar: SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

³⁸ COSTA, Lygia Martins. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 31, Rio de Janeiro, 2005, p. 287. [Entrevista realizada no dia 8 de novembro de 2004 por Ana Carmen Jara Casco, Álvaro Mendes, José Antonio Nonato e Mário Chagas].

³⁹ Oswaldo Teixeira do Amaral foi pintor, professor, crítico e historiador de arte. Assumiu o cargo de diretor do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro de 1937 a 1961. Até o final da vida, exerceu a atividade de professor de pintura e desenho em várias instituições, inclusive no Instituto de Belas Artes. Para maiores informações acerca de sua trajetória profissional, consultar: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa706/oswaldo-teixeira>. Acesso em: 15 maio 2018.

⁴⁰ Regina Monteiro Real matriculou-se no Curso de Museus em 1936, sendo diplomada no final do ano seguinte. Assim que se formou foi nomeada interinamente para os cargos de conservadora e secretária do Museu de Belas Artes. Também atuou de 1955 até 1969, ano de seu falecimento, no Museu Casa de Rui Barbosa. Publicou, em 1958, o livro *Museu ideal*. SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. Op. cit., 2007.

⁴¹ REAL, Regina Monteiro apud CRUZ, Henrique de Vasconcelos. *Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus*. São Paulo: Icom-BR, 2008, p. 12.

⁴² HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: CBPE-Onicom, 1958.

⁴³ Guy de Hollanda matriculou-se no Curso de Museu em 1932, na primeira turma aberta, e se formou no ano seguinte. No mesmo período fez o curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, concluído em 1934. O intelectual teve diversos trabalhos na carreira docente, tendo atuado no Colégio Pedro II e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo. Em 1935 foi nomeado por concurso amanuense da Biblioteca Nacional. Foi pesquisador técnico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. Op. cit., 2007.

⁴⁴ TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. *Museu e educação*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

⁴⁵ Florisvaldo dos Santos Trigueiros matriculou-se no Curso de Museus em 1949, como bolsista pelo estado da Bahia. Desde 1942 era funcionário público do Banco do Brasil e, quando se formou em 1951, este novo ofício foi determinante para sua trajetória profissional. Trigueiros especializou-se em processamento técnico de museus e acervos numismáticos, tornando-se uma referência no Brasil ao organizar e implementar instituições como o Museu do Banco do Brasil (1954-1955), o Museu da Caixa de Amortização (1960), o Museu de Valores do Banco Central (1974-1975), entre inúmeros projetos e exposições de curta duração. Sempre esteve presente nos debates da área museológica no país e no exterior, tendo representado o Museu do Banco do Brasil no Seminário Regional Latino-Americano da Unesco em 1958. SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. Op. cit., 2007.

⁴⁶ REAL, Regina Monteiro. *Museu ideal*. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.

⁴⁷ SÁ, Ivan Coelho. *Recuperação e preservação da memória da museologia no Brasil*, 2007. Disponível em: www.unirio.br/museologia/nummus/projetodepesquisa.htm. Acesso em: 3 fev. 2012.